

Portugal Continental movido a energia renovável durante 26 dias no primeiro trimestre

- Primeiro trimestre encerrou com uma representatividade de 81,8% de renováveis na geração de eletricidade. Em março, valor foi de 84,2%;
- No acumulado dos primeiros três meses do ano, foram 641 o total de horas renováveis não consecutivas, o equivalente a cerca de 26 dias.
- A eletricidade renovável permitiu uma poupança média de 161 €/MWh e uma poupança acumulada de 2 308 milhões de euros.
- Dos mercados europeus analisados, Portugal foi o terceiro país na Europa com maior incorporação renovável na geração de eletricidade.

Lisboa, 16 de março de 2024 — O [Boletim Eletricidade Renovável](#) de março 2025, elaborado pela [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#), destaca os números do mês e faz também uma análise ao primeiro trimestre do ano.

Na análise mensal, março foi um mês em que a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis representou 84,2% da produção total de 4 966 GWh em Portugal Continental. Este valor não era atingido desde maio de 2024 e demonstra o desenvolvimento das tecnologias hídrica e eólica, juntamente com o crescimento contínuo da energia solar.

Portugal registou, no mesmo período de análise, um preço médio horário registado no MIBEL de 85.98 €/MWh. Durante o mês de março, registou-se um preço mínimo horário no MIBEL em Portugal de -4,00€/MWh. Ao longo do mês, as renováveis proporcionaram uma poupança média na casa dos **161 €/MWh** e uma poupança acumulada na casa dos **2 308 milhões de euros**.

A análise detalhada da APREN mostra ainda que a tecnologia hídrica liderou no mês de março, representando 41% da eletricidade renovável produzida no país, logo seguida pela eólica, com 30,4%. Já a energia solar totalizou 8,1 %, quase o dobro dos 4,7% da Bioenergia.

No total, durante o mês de março, foram registadas 311 horas não consecutivas com produção renovável, valor que, na análise do primeiro trimestre do ano, passa a 641 horas – o equivalente a cerca de **26 dias** – em que a geração renovável foi suficiente para suprir o consumo de eletricidade de Portugal Continental.

Ainda na análise ao trimestre, no decorrer do qual as renováveis disseram respeito a 81,8% da produção elétrica, Portugal manteve-se como o terceiro país com maior **incorporação renovável na geração** de eletricidade de entre os mercados analisados, ficando apenas atrás da Noruega (97,0%) e da Dinamarca (82,8%).

Entre janeiro e março de 2025, as renováveis evitaram custos significativos com importação de gás natural e eletricidade, bem como emissões de CO₂ e respetivas licenças. Sem as renováveis, o país teria gastado mais 310 milhões de euros em gás natural e 413 milhões em eletricidade importada. Além disso, foram evitadas 2,9 MtCO₂eq de emissões de CO₂, traduzindo-se numa poupança de 181 milhões de euros em licenças de emissão. Dados que reforçam o papel estratégico das energias renováveis na redução da dependência energética e na mitigação do impacto ambiental.

A APREN salienta os resultados positivos da produção de eletricidade renovável em Portugal Continental, que evidenciam o esforço e o compromisso do setor com a transição energética e o seu trabalho na diminuição dos efeitos das alterações climáticas. A transição energética e o cumprimento das metas climáticas dependem de um compromisso sólido na valorização e expansão das energias renováveis em Portugal.

O boletim completo encontra-se disponível no seguinte [link](#).

Sobre a APREN:



A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.